

**Armando López Castro**

**María Luzdivina Cuesta Torre**

**(editores)**

**ACTAS DEL XI CONGRESO INTERNACIONAL DE LA  
ASOCIACIÓN HISPÁNICA DE LITERATURA MEDIEVAL  
(Universidad de León, 20 al 24 de septiembre de 2005)**

**VOLUMEN I**



**UNIVERSIDAD DE LEÓN**

Secretariado de Publicaciones

2007

Asociación Hispánica de Literatura Medieval. Congreso Internacional (11º. 2005. León)

Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval : (Universidad de León, 20 al 24 de septiembre de 2005) / Armando López Castro, María Luzdivina Cuesta Torre (editores). -- [León] : Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, 2007

2 v. : il. ; 24 cm.

Contiene : Vol. I – Vol. II. – Textos en español, portugués y catalán  
ISBN 978-84-9773-357-6

1. Literatura medieval-Historia y crítica-Congresos. I. López Castro, Armando. II. Cuesta Torre, María Luzdivina. III. Universidad de León. Secretariado de Publicaciones. III. Título

82.09"04/14"(063)

© **Universidad de León**

Secretariado de Publicaciones

© Los autores

ISBN: 978-84-9773-357-6

Depósito Legal: LE-1443-2007

Impresión: Universidad de León. Servicio de Imprenta

# QUESTÕES TEXTUAIS SOBRE MANUSCRITOS DAS CRÓNICAS DE FERNÃO LOPES

Teresa Amado

Universidade de Lisboa

A tradição manuscrita das crónicas de Fernão Lopes é, embora um tanto tardia, invulgarmente rica no contexto dos textos medievais portugueses. O número de manuscritos dos seus quatro livros varia entre 25 (2ª Parte da *Crónica de D. João I*) e 43 (*Crónica de D. Pedro*), havendo 40 para a *Crónica de D. Fernando* e 25, igualmente, para a 1ª Parte da *C. D. J.*. Deste conjunto, não chega a um terço o número dos manuscritos que datam do século XVII, a maior parte das cópias são quinhentistas e, de cada um dos textos, pelo menos uma foi feita no período da transição do século XV para o seguinte. Muitas dessas cópias apresentam um texto completo (no caso da *C.D.P.*, a quase totalidade, a sua curta extensão afectou favoravelmente quer a quantidade, quer o estado de integridade das cópias que dela existem). E, finalmente, pode-se dizer que uma parte considerável dos copistas que se ocuparam destas crónicas fizeram-no de modo a merecer a nossa gratidão e o nosso respeito, com uma caligrafia que se lê sem custo e uma atenção com poucas falhas.

Por outro lado, o primeiro passo para a hierarquização das variantes está facilitado pelo facto de, para todas as crónicas, já há muito tempo não oferecer dúvida qual das versões, sempre a de um dos manuscritos mais antigos, deve ser tomada como texto-base, em resultado de um consenso atingido por sucessivos editores e estudiosos do século passado. Quanto ao confronto das variantes, seja feito empírica seja sistematicamente - conforme se pode ver nas Introduções de Giuliano Macchi às suas edições críticas, da *C.D.F.* e da *C.D.P.*- demonstra na sua maioria a existência de variações de reduzido grau de importância morfológica, sintáctica ou lexical, o que constitui um factor de confiança na qualidade dos textos considerados globalmente. O trabalho de Macchi mostrou também que, uma vez resolvido o incontornável problema da organização estemática do universo das versões (esse sim, espinhoso) e distribuídas as variantes pela sua ordem de utilidade e fiabilidade, contam-se talvez abaixo da dezena os casos de manifestas incorrecções que, nessas muitas centenas de páginas, não correspondem a eventuais erros do original (ou do arquétipo) facilmente explicáveis e portanto facilmente corrigíveis ou a automatismos de cópia que, uma vez identificados, permitem com bastante segurança reconstituir o texto de origem.

Algumas anomalias que subsistem poderão, aliás, ser apenas aparentes e resultar mais da nossa dificuldade de apreender com suficiente finura e versatilidade o funcionamento da língua do século XV do que de verdadeiros erros. Aqui estou a falar de unidades textuais que hão-de continuar a provocar dúvidas e a suscitar propostas de interpretação e de solução que talvez nunca atinjam a unanimidade. De qualquer modo, a sua ocorrência é escassa e mesmo essa é possível que venha a ser reduzida se se conseguir aperfeiçoar o conhecimento que temos dos usos linguísticos da época. Um dicionário de termos medievais que está a ser preparado poderá, por exemplo, prestar uma valiosa ajuda nesse sentido.

Com tudo isto quero dizer que, embora os mais antigos manuscritos sejam posteriores ao presumível termo da redacção das crónicas de cerca de cinquenta anos e estejamos, assim, sujeitos às vicissitudes da reprodução textual que o original sofreu sucessivamente, pelo menos duas vezes, até chegar à produção desses melhores testemunhos, existe uma grande probabilidade de que, seguindo os procedimentos adequados, as edições críticas das crónicas representem bastante fielmente o texto que foi escrito por Fernão Lopes. Presumo, portanto, que

seja esse o caso das edições já feitas por Giuliano Macchi, e quero crer que virá a ser também o das restantes.

Em parte, as características propícias que esta tradição textual oferece ao editor e ao leitor desejosos deve-se sem dúvida ao carácter oficial do trabalho do cronista e à categoria régia e cortesã dos seus primeiros destinatários e receptores, que não garantiram apenas a competência dos escribas, também zelaram com eficiência pelas boas condições de tempo, espaço e materiais de execução em que eles trabalharam. Os manuscritos mais ricos, do tempo de D. Manuel, que aliam ao cuidado estético a esmerada correcção do texto, só puderam atingi-la porque existiam boas versões de onde copiar. Afonso V, durante cujo reinado Fernão Lopes morreu, que ainda lhe renovou a tença instituída por D. Duarte e o tratou como se trata alguém que se estima, mesmo se apreciou seguramente mais o estilo de Gomes Eanes de Zurara, a quem encomendou a *Crónica da Tomada de Ceuta* (na sua intenção inicial, de facto, a última parte da *C.D.J.*), pode bem ter mandado recopiar as crónicas anteriores. E talvez sejam reflexos das cópias feitas durante o seu reinado e o de João II os vários testemunhos quinhentistas de crónicas de Fernão Lopes que atribuem a sua autoria a Zurara e a Rui de Pina.

Mas parece-me que outra parte importante dos méritos do estado de correcção e mesmo de legibilidade dos manuscritos que contêm estas crónicas deve ser remetida a certas qualidades da escrita de Fernão Lopes, que os seus textos exibem, e até, alargando um pouco a perspectiva, a qualidades da execução material que creio possível supor a partir já não tanto da escrita como do que sabemos sobre a sua mais persistente actividade profissional, desenvolvida antes e ao mesmo tempo que a de cronista. Refiro-me, como é evidente, ao ofício que deve ter tido de início e que se crê representado no título de «tabelião geral» que lhe aparece atribuído, e ao exercício das funções que lhe foram confiadas pelo favor dessa experiência prévia, de guardar-mor da Torre do Tombo e de escrivão régio e dos infantes,. Da sua competência e capacidade de satisfazer os senhores para quem trabalhava falam a sua permanência nesses cargos até à velhice, e a continuada protecção efectiva que sempre recebeu dos reis.

O que me parece, contudo, poder relacionar com as características da tradição manuscrita que descrevi são, em particular, a elegância e a clareza da sua letra, essa visível mestria da arte de desenhar letras que se pode admirar nos seus autógrafos (certidões de entre 1418 e 1451 e testamento do infante Fernando de 1437, publicados por Braamcamp Freire junto com a edição da Primeira Parte da *Crónica de D. João I*, 1915 / 1977). Associo-lhes, no que diz respeito à escrita, as mesmas elegância e clareza e a mesma mestria, mas agora da arte de escolher palavras e de com elas formar frases e alinhá-las em narrativa. O sentido desta apreciação percebe-se melhor quando, por exemplo, se compara o texto de uma carta escrita por D. Duarte, inserida no *Livro dos Conselhos* e no *Leal Conselheiro*, com o aproveitamento que dela faz Fernão Lopes num capítulo da 2ª Parte da *C.D.J.* A fluidez do discurso do cronista, tanto como a coerência e a amplitude controlada da maneira como o articula ganham um brilho inegável com o confronto. Semelhante será em geral o resultado obtido através de outras leituras comparativas com fontes como a *Crónica do Condestável* ou as crónicas de Pero López de Ayala com as quais, não sendo, do mesmo ponto de vista, o contraste tão acentuado, a diferença, quando é introduzida, vai sempre no sentido da clareza e do bem escrever, como tive ocasião de averiguar (1991).

Digamos que se trata de um exímio profissional das letras. No pressuposto, que me parece dificilmente recusável, de que foi ele que escreveu e preparou em geral os seus textos, julgo, portanto, que o seu modo de o fazer se repercute em muitos dos aspectos técnicos e materiais que caracterizam a maioria das cópias que os reproduziram. Noto, de passagem, que esta ideia sustenta talvez a hipótese de não ter passado da forma de texto inacabado a sua redacção das crónicas dos primeiros sete reis, e que só essa razão seria suficiente para não permitir considerar seu o texto dos dois defeituosos manuscritos quinhentistas que contêm essas crónicas, em versões que, para mais, citando a data de 1419, misturam à cópia de texto talvez autênticos fragmentos das crónicas de Duarte Galvão e de Rui de Pina.

As minhas duas propostas seguintes decorrem da convicção que acabei de expor atrás. A primeira pega exactamente nos mesmos elementos mas considera a potencialidade heurística de os relacionar em sentido inverso. Por outras palavras, se os factos conhecidos sobre Fernão Lopes como escritor, cronista e oficial letrado da corte podem oferecer uma parte de explicação para o estado da tradição textual que nele se originou, algumas das propriedades dessa tradição poderão, por sua vez, contribuir para sabermos alguma coisa mais sobre a sua personalidade, e tais progressos não deixarão de reverter em vantagem para a melhor percepção dos textos. Sabe-se que este vaivém entre o homem e a sua arte é um dos principais auxiliares da leitura e que, por exemplo, o conhecimento da carta do rei Duarte explicitando a tarefa confiada ao seu cronista tem sido precioso para facilitar a colocação de cada uma das crónicas na perspectiva de entendimento que, cremos, lhe convém. Apenas sugiro que se faça entrar também no processo alguns elementos específicos dos testemunhos em que hoje as lemos.

Em segundo lugar, proponho que se tente pôr alguma da informação que é possível colher nesses testemunhos ao serviço do esclarecimento de uma questão que se tem mantido pouco menos do que impenetrável à curiosidade de historiadores e de estudiosos da literatura, que é a do tipo de leitura e de avaliação de que Fernão Lopes foi objecto nos dois séculos que se seguiram à sua morte, durante os quais foram executados os manuscritos em causa. Não me é possível apresentar aqui resultados da colheita dessa informação nem sequer um inventário representativo dos casos interessantes, que tenho a certeza de existirem, pois não fiz a busca nem o estudo que a eles conduziriam. Apontarei simplesmente algumas particularidades que comecei a reunir, a algumas das quais já dediquei um primeiro comentário, e mencionarei também o que outros sobre elas disseram, mas em nenhum caso, que eu saiba, analisando-as de forma exaustiva. Dizem respeito a irregularidades, traços de desvio ou de diferenciação que se encontram num ou noutro manuscrito.

Começo, então, pelos dados adicionais sobre o autor dos textos que os testemunhos podem dar a conhecer. Na primeira parte desta exposição foi já aflorada uma importante característica do cronista, comprovada por essa via: o homem não assinava o que escrevia, visto que os textos aparecem anónimos nos manuscritos ou atribuídos a nome errado.

No interior do texto, uma das frases mais enigmáticas que se deparam ao leitor é a que anuncia uma imagem dos exércitos português e castelhano dispostos no terreno para se enfrentarem na grande batalha de Aljubarrota. Diz o texto que, «porque se a cousa nunca tam bem declara per semelhança como per ella mesma, assy nos, que o tam bem per scriptura dizer nom podemos como aconteçeo, o mostramos aquy figurado da guissa como estavom postas» (*C.D.J.*, 2ª Parte, cap. 38, p.88) - o substantivo subentendido é «batalhas», ou seja, exércitos. Nenhum manuscrito tem qualquer iluminura, mas não tenho a certeza de que todos sejam em absoluto omissos em qualquer indício de explicação do enigma. Tirando a possibilidade de interpolação num manuscrito cujo projecto, não realizado, fosse o de levar miniatura, hipótese que suponho ter sempre de admitir, apesar da sua inutilidade e, neste caso em especial, da pouca verosimilhança, prefiro considerar que o texto vem assim do original. Acreditando nisso, arrisquei num trabalho anterior uma reflexão escrita sobre as implicações estéticas e literárias da relação entre os conceitos de «semelhança» e de «figura» aqui envolvida.

Mas o que ficou por fazer foi encontrar respostas para as perguntas que persistem: terá o projecto de inserção de uma miniatura sido gorado desde o princípio? se sim, porquê manter a frase? se não, que aconteceu ao manuscrito que o continua? e, acima de tudo, que intenção impeliu o cronista a querer parecer desvalorizar o poder da escrita, sua arte, face ao da pintura, arte de outros? Que ele pudesse ser também o executor da «figura», como já vi sugerido, parece-me difícil de sustentar. É possível que a questão fique para sempre onde está, no entanto, creio que vale a pena averiguar se assim tem de ser de facto, porque, a encontrar-se alguma espécie de esclarecimento, lançaria talvez uma luz nova sobre as ideias literárias de Fernão Lopes. Num pequeno inquérito informal feito a bons conhecedores de manuscritos iluminados, foi-me dito

por todos, sem excepção, que desconheciam qualquer outra ocorrência deste tipo de anúncio verbal de uma pintura, o que torna esta, naturalmente, ainda mais interessante.

Questão de outro tipo é a que resulta do facto de em vários manuscritos da *C.D.P.* figurar, após o texto de Fernão Lopes, a narrativa de *casos* passados com o rei que não vêm contados na crónica, como quase todos explicam (B. Ajuda, 49-XI-60 e 49-XI-61, B. Cadaval, M. VIII. 9 [ant.924], British L., Add. Mss. 20945, B.N.Lisboa, Cod 824, A.N.T.T., M.L. 496). Curioso, mas apenas isso, é o facto de tais casos não serem em geral mencionados pelos biógrafos e evocadores da personalidade de D. Pedro, que quase sempre se contentam com parafrasear o cronista. Ora o acresceto de novos episódios só iria enriquecer a ilustração do carácter do rei, invariavelmente explorado pela sua faceta excêntrica e atreita a comportar-se como sujeito de acções singulares por excessivas ou pitorescas. Acontece que a aposição destas pequenas histórias no próprio manuscrito, como a servir de complemento à crónica, tem um interesse directo para a nossa compreensão do método seguido pelo cronista, profundamente diferente do que se observa ter sido por ele usado nas outras crónicas e por isso objecto frequente de especulação, por vezes até apontado como prova da sua malevolência para com o rei justiceiro (cru, apenas em epítetos introduzidos por mão quinhentista).

Julgo que neste intento de continuação se pode ver uma evidência do tipo de rasto histórico deixado por esta figura difícil de classificar, tão capaz de provocar ódio como admiração, exprimindo a sua natureza algo desadaptada perante as circunstâncias da vida através de um conjunto aleatório de histórias avulsas e irredutivelmente ímpares. A *C.D.P.* avulta, neste fundo, certamente como a crónica de um reinado «sem história» porque de paz e talvez de um real bem-estar do povo, e também por isso pouco testemunhado em registos narrativos, mas, na sua dimensão mais ousada, como um texto que procurou fixar a memória do monarca respeitando o modo como ele era lembrado na tradição, e dando à narrativa uma forma ela mesma marcada por essa lembrança, ou seja, uma série de episódios soltos, cuja cronologia é impossível de resolver e cujo sentido só se esclarece inteiramente quando são inseridos no quadro global que o texto oferece.

Relativamente à *C.D.F.*, tratei também já um problema, considerando-o como um caso de originalidade e de fuga a modelos, semelhante a outros que animam a estrutura e a retórica dos textos do cronista, mas que Macchi, por exemplo, via como um acidente de transmissão. Não conheço nenhum outro estudo sobre o assunto. Trata-se do epílogo da crónica que, como se sabe, acrescenta seis capítulos à narração da morte do rei, nos quais descreve o ambiente de progressiva insurreição que se gerou em algumas cidades. O panorama dos manuscritos, embora de uma variedade interessante para o que aqui importa, não oferece nenhum argumento decisivo. Macchi supunha interpolação, eu procurei mostrar que a opção do cronista faz honra à sua capacidade imaginativa para contar história com poder persuasivo e fidelidade a uma ideia narrativa.

Passo agora a contemplar elementos que possam ser utilizados para conhecer o valor dado a Fernão Lopes nos séculos XVI e XVII. A tradição textual da *C.D.F.* distingue-se das outras três crónicas (neste contexto vou considerar como duas as partes da *C.D.J.*) pela existência de dois manuscritos, entre si relacionados, que constituem excepção face a todos os outros (B.N.Lisboa, F.G. 10968 e B.Ateneu Comercial do Porto, 20008). Desta vez Macchi, que se deu perfeitamente conta do seu carácter excepcional, limitou-se a colocá-los à margem dos restantes manuscritos, notando-lhes as variantes mas não lhes dando grande atenção. Em ambos, que pertencem ao grupo de sete aos quais faltam os últimos seis capítulos, faltam igualmente os vinte e três capítulos que, do segundo ao vigésimo quarto das outras cópias, transpõem com grande fidelidade trechos da *Crónica del Rey Don Pedro* de Ayala. Substituem-nos por um resumo colocado a seguir ao fim da crónica, equivalente a cerca de quatro páginas médias, explicando que são «capítulos que nela [*C.D.F.*] faltam».

Falei de dois manuscritos, mas de facto pode-se falar apenas de um, porque um deles reproduz muito proximamente o outro, como mostrou João Sant'Ana Matos numa tese de mestrado, em 1991, de maneira bastante convincente. O mais velho destes manuscritos é do princípio do século XVI. João Matos identificou ainda as fontes do resumo (*Livro de Linhagens* do conde D. Pedro para a maior parte do texto, e Ayala, apenas para o epílogo) e demonstrou a improbabilidade - que se pode transformar sem receio em inviabilidade - da hipótese de ter sido Fernão Lopes o seu autor. E não foi mais longe.

Repare-se que as duas séries de capítulos que faltam no manuscrito constituem precisamente as zonas mais controversas, por diferentes razões, da *C.D.F.*: a primeira tem-se tornado motivo de mal-estar para admiradores equivocados de Fernão Lopes, porque se sentem na obrigação de justificar o a seus olhos injustificável servilismo, ou mesmo *pastiche*, de que o cronista português fez prova face ao castelhano; a segunda, pelas razões que atrás aponte, isto é, por se julgar inaceitável, segundo as regras da crónica, que a crónica não acabe com a morte do rei, e portanto inacreditável que o cronista tenha cometido tal incorrecção.

Consciente do muito que é ainda preciso indagar acerca deste código, suspeito que ele testemunha nas duas anomalias uma posição intelectualmente moralista, que os séculos, afinal, não diferenciaram muito. Restará perceber, no entanto, se por trás dos motivos mais imediatamente plausíveis para tais omissões esteve um alto mas desorientado apreço pela obra do cronista ou, pelo contrário, um desdém que levou á convicção de que ela carecia de ser melhorada pelo corte e substituição de texto (de novo, podendo esta ter sido uma interpolação posterior). Falta dizer que pertence a este par de manuscritos a única variante correcta da última frase do capítulo que conta a morte do rei, que é também a última frase do texto que eles contém, e que tem graves implicações políticas (tratei do assunto no trabalho sobre os Epílogos). São, como se vê, códigos a que não faltam motivos para serem melhor estudados.

Noutros dois manuscritos da mesma crónica, encontram-se, após o fim do texto de Fernão Lopes, dois pequenos textos, um escrito no século XVI, outro no século XVII, que são, em simultâneo, fecho da anterior e anúncio da crónica seguinte, do Mestre de Avis (B.Ajuda, 49-XI-61 e B.N.Lisboa, Cod 479). O mais tardio é constituído por várias linhas que resumem o princípio desta crónica, explicam o sentido geral da guerra com Castela e mencionam a subida ao trono do Mestre. No mesmo código a crónica está completa, e apresenta uma única lacuna, correspondente a um capítulo medial isolado, no outro. A intenção parece ter sido principalmente a de informar sobre a sequência lógica e cronológica das duas crónicas e como que despertar o interesse pela segunda. Mas há outro efeito, produzido pelo texto mais longo: a *C.D.F.* acaba com uma frase que parece augurar o sucesso do rei de Castela na sua pretensão ao trono português; as linhas acrescentadas explicam de antemão que esse aparente sucesso foi enganador e que ele não obteve nada do que queria. Creio que a cumplicidade com o cronista, fosse ou não sabido que o seu nome era Fernão Lopes, é aqui inegável. Qual o contexto a dar-lhe, eis o que seria desejável vir-se a saber melhor.

Já me referi às atribuições das crónicas de Fernão Lopes a Zurara e a Pina em vários códigos quinhentistas, mas falta fazer o seu exame completo e cruzar esse dado com outros, de cada um dos códigos em que ele aparece, para verificar qual das interpretações do facto que se normalizaram (desapreço geral e sobretudo institucional pelo cronista ou simples consequência do anonimato de Fernão Lopes e da visibilidade pública dos nomes dos seus sucessores) é a que mais exactamente lhe convém.

Outros dados, que são relativamente abundantes mas que ainda não mereceram atenção, como os nomes dos possuidores dos códigos ou as datas que neles figuram, poderão vir a possibilitar várias descobertas que interessem à questão que pus. É talvez do mesmo âmbito uma das conclusões, bastante pacífica, que me foi possível, tal como a outros, tirar da presença de alguns acrescentos de texto histórico, facilmente detectáveis, num dos capítulos finais da 2ª Parte da *C.D.J.* (cap. 203). Contêm alusões a factos posteriores à morte de Fernão Lopes e aparecem em

todos os manuscritos. A conclusão a que aludi diz respeito ao interesse e ao poder de intervenção dos senhores de Bragança na crónica que não deve ter contribuído pouco para o prestígio do seu fundador, Nuno Álvares Pereira, e que legava à posteridade a imagem da aliança indestrutível, que então foi criada, entre o ducado e a casa real. A confirmar esta conjectura está o prolongamento da referência aí feita ao 2º duque de Bragança, inserido sem mudança de letra num códice da Biblioteca Pública Municipal do Porto (784) que, não sendo dos mais antigos, é ainda do séc. XVI: «e este duque foi o que degolarão em Évora por mandado del Rey dom João o segundo seu cunhado que herão casados cõ duas hirmãs». <sup>1</sup> Tal como antes, está-nos vedado saber se a importância dada à crónica abrangia o seu verdadeiro autor.

Um programa concreto de trabalho já existe, como se vê, e não será difícil ampliá-lo. Mas o que me interessa, antes disso, é chamar a atenção para estes outros motivos de interesse a atribuir ao estudo dos códices e dos manuscritos que contêm as crónicas de Fernão Lopes.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Teresa (2005), "Epílogos sm modelo en Fernão Lopes", en . Sofia Laranjinha e J. Carlos Miranda (Org.), *modeloa, Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, 2004, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, págs. 269-277.
- (1991), *Fernão Lopes, contador de História*, Lisboa, Estampa (rep. 1997).
- (2001), "Semelhança não é figura: um tópico da escrita de Fernão Lopes", en António Branco (coord.), *Figura, Actas do II Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, 1998, Universidade do Algarve, págs. 325-333.
- LOPES, Fernão (2004), *Crónica de D. Fernando*, edição crítica, introdução e índices de Giuliano Macchi, 2ª edição, revista, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- \_(1977), *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, reprodução da edição, com introdução, de Anselmo Braamcamp Freire (Arquivo Histórico Português, 1915), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- \_(1977), *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, edição preparada por W. Entwistle e concluída para publicação por Luis Lindley Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- \_(1966), *Crónica de D. Pedro*, edizione critica, con introduzione e glossario a cura di Giuliano Macchi, Roma, Edizione dell' Ateneo.
- MATOS, João Manuel Sant'Ana (1991), "A *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes: problemas suscitados pelo aproveitamento de Ayala e outras fontes", tese de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada.

---

<sup>1</sup> Citado em nota por Lopes de Almeida e Magalhães Basto na sua edição desta Parte da crónica (Porto, Livraria Civilização, 1983: 461).